



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

<b>Processo nº</b>	11030.001745/2003-14
<b>Recurso nº</b>	Especial do Procurador
<b>Acórdão nº</b>	<b>9303-003.241 – 3ª Turma</b>
<b>Sessão de</b>	3 de fevereiro de 2015
<b>Matéria</b>	Inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98
<b>Recorrente</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA LAGOENSE LTDA

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Período de apuração: 01/01/1999 a 31/12/2001

Cofins - Base de Cálculo - Alargamento - Aplicação de Decisão Inequívoca do STF - Possibilidade.

Nos termos regimentais, pode-se afastar aplicação de dispositivo de lei que tenha sido declarado inconstitucional por decisão plenária do Supremo Tribunal Federal.

Afastado o disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 por sentença proferida pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, com trânsito em julgado, a base de cálculo da contribuição, até a vigência da Lei 10.833/2003, voltou a ser o faturamento, assim compreendido a receita bruta da venda de mercadorias, de serviços e de mercadorias e de serviços.

Recurso Especial do Procurador Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso especial interposto pela Fazenda Nacional.

Carlos Alberto Freitas Barreto - Presidente

Henrique Pinheiro Torres - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Henrique Pinheiro Torres, Nancio Gama, Júlio César Alves Ramos, Rodrigo Cardozo Miranda, Rodrigo da Costa Autenticado digitalmente em 04/02/2015 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES, Assinado digitalmente em 05/03/2015 por CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO, Assinado digitalmente em 04/02/2015 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES

Possas, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, Joel Miyazaki, Fabíola Cassiano Keramidas, Maria Tereza Martinez Lopes e Carlos Alberto Freitas Barreto.

## Relatório

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional contra o acórdão nº 3402-00.315, de 19/10/2009, fls. 940 a 946, proferido pela Segunda Turma Ordinária da Quarta Câmara da Terceira Seção de Julgamento do CARF, cujos membros acordaram, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso voluntário, excluindo a incidência do PIS sobre valores configurados como receitas financeiras.

O acórdão recorrido foi assim ementado:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP*

*Período de apuração: 01/01/1999 a 31/12/2001*

*PIS. COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.  
BASE DE CÁLCULO. CUSTOS AGREGADOS AO PRODUTO.*

*A exclusão da base de cálculo da contribuição para o PIS dos custos agregados ao produto agropecuário dos associados somente produz efeitos a partir dos fatos geradores de 1º de janeiro de 2003.*

*VENDAS A ASSOCIADOS.*

*E facultado às cooperativas excluir da base de cálculo do PIS o valor das vendas de bens e mercadorias a associados, desde que essas operações sejam contabilizadas destacadamente e comprovadas mediante documentação hábil e idônea, com a identificação do associado, do valor da operação, da espécie do bem ou mercadorias e quantidades vendidas.*

*RECEITA FINANCEIRA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.*

*Os juros e a correção monetária incidentes sobre saldos devedores das contas dos associados cobrados pela cooperativa de produção configuram receita financeira e, como tal, não integram a base de cálculo do PIS.*

*CONTABILIZAÇÃO DESTACADA. INOBSERVÂNCIA.*

*E cabível a incidência do PIS sobre a totalidade do faturamento, na hipótese de a cooperativa de produção não contabilizar destacadamente as vendas de bens e mercadorias a associados, com vista à exclusão dos valores dessas vendas da base de cálculo do PIS.*

*Recurso provido em parte.*

Inconformada, a Fazenda Nacional apresentou recurso especial, fls 949 a 967, requerendo a reforma do acórdão vergastado para manter a tributação sobre as receitas de juros e correção monetária cobradas dos associados das cooperativas, mantendo-se, assim, o lançamento fiscal efetuado.

A Procuradoria da Fazenda Nacional aponta que o entendimento do acórdão recorrido divergiu dos acórdãos paradigmas nºs 203-11.403 e 204-01.643, os quais decidiram por incluir as receitas financeiras na base de cálculo do PIS e da Cofins, aplicando o disposto na Lei nº 9.718/98 que definiu a base de cálculo como o total dos valores de venda de mercadorias, prestação de serviços e também das demais receitas, incluídas as financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001  
Autenticado digitalmente em 04/02/2015 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES, Assinado digitalmente em 03/03/2015 por CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO, Assinado digitalmente em 04/02/2015 por HENRIQUE PINHEIRO T

ORES

Impresso em 09/03/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Sustenta que a mera declaração incidental pelo STF não surtiria efeitos *erga omnes* para afastar a incidência do PIS e da Cofins sobre outras receitas.

Prossegue sua argumentação, informando que a referida inconstitucionalidade teria sido pronunciada em controle difuso, portanto apenas atingiria os participantes da demanda judicial. Acrescenta que inexistiria, até aquele momento, a edição de Resolução do Senado ou de Súmula Vinculante pelo STF, para suspender a execução da referida norma.

Conclui, então, que as expressões “faturamento” e “receita bruta” seriam equivalentes, cita jurisprudência do STF para amparar seus argumentos e considera que o conceito de receita bruta, conforme definido pelo DL nº 2.397/87, teria amplitude suficiente para englobar as receitas financeiras, bem como o crédito presumido do IPI. Reclama que o acórdão recorrido teria violado o Art. 195, I, “b” da Constituição Federal e também o § 1º do Art. 3º da Lei nº 9.718/98, aponta que a declaração de inconstitucionalidade pelo STF, do referido dispositivo legal, não teria alterado o critério definidor da base de incidência do PIS e da Cofins como sendo o resultado econômico da atividade empresarial vinculada aos objetivos sociais da empresa.

O recurso foi admitido conforme despacho nº 3400-1232, de 16/11/2010.

O sujeito passivo deixou passar, *in albis*, o prazo para apresentar contrarrazões.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Henrique Pinheiro Torres

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, dele conheço.

A matéria devolvida ao Colegiado cinge-se à questão da aplicabilidade, aos demais casos concretos, da decisão do STF que declarou a inconstitucionalidade do Art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98.

Inicialmente, deve ser esclarecido as receitas tributadas decorreram de juros e correção monetária cobradas dos associados da cooperativa agrícola, incidentes sobre os saldos devedores mensais das contas dos associados em que são lançados, a débito, os valores de fornecimento de insumos e recursos financeiros e, a crédito, os valores advindos da comercialização dos produtos agrícolas entregues à cooperativa. Neste sentido, tais receitas devem ser configuradas como receitas financeiras, não oriundas da atividade própria de uma cooperativa agrícola, como é o caso da recorrente, logo têm natureza não operacional.

O lançamento teve como fundamento o art. 2º c/c o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998, que assim dispõe:

*Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com*

Documento assinado digitalmente conforme o IP nº 2.200-2 de 10/08/2021

Autenticado digitalmente em 04/02/2015 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES, Assinado digitalmente em 05/03/

2015 por CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO, Assinado digitalmente em 04/02/2015 por HENRIQUE PINHEIRO T

ORRES

Impresso em 09/03/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.*

*Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*

Ora, segundo este diploma legal, a totalidade da receitas auferidas pela pessoa jurídica estão sujeitas à contribuição, independentemente de suas naturezas e classificação contábil adotada na sua escrituração.

No entanto, no julgamento dos RE's nºs 585.235/MG e 357.950-9/RS, com decisões transitadas em julgado em 01/09/2006, o Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais as alterações das bases de cálculo do PIS e da Cofins, promovidas pela Lei nº 9.718, de 27/11/1998, art. 3º, § 1º. Também, o próprio Poder Executivo, levando-se em conta estas decisões, revogou, por meio da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, art. 79, inciso XII (MP nº 449, de 03/12/2008), aquele parágrafo primeiro que determinava a ampliação da base de cálculo dessas contribuições.

No presente caso, receitas financeiras de natureza não operacional foram tributadas com fundamento no § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998, citados e transcritos acima.

Dessa forma, por força do disposto no art. 62-A do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (RICARF), adota-se para o presente julgamento, a decisão do STF, naqueles recursos extraordinários, para afastar a incidência da contribuição para o PIS, com incidência cumulativa, sobre as receitas não operacionais (financeiras e recuperação de despesas).

Com essas considerações, voto no sentido de negar provimento ao recurso especial, para manter o acórdão recorrido por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Henrique Pinheiro Torres - Relator